

A ESTRUTURA DE TECNOLOGIA DAS ESCOLAS PÚBLICAS DA BAHIA: ALGUMAS REFLEXÕES

Carina Marjorie Garcia Melo
Universidade Estadual de Santa Cruz

Lívia Andrade Coelho
Universidade Estadual de Santa Cruz

Resumo: Políticas públicas educacionais têm sido implementadas pelos governos federal e estadual com vistas a inserção de tecnologias digitais nas escolas públicas do país desde a década de 1980. Nosso objetivo neste artigo é analisar a estrutura de Tecnologia - TI das escolas públicas da rede estadual de ensino do município de Itabuna/BA. O presente artigo é fruto de uma pesquisa em andamento, realizada no período de setembro de 2020 a março de 2021, através do Programa Iniciação Científica/UESC, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Trata-se uma pesquisa com abordagem qualitativa, pois consideramos que as especificidades do processo passarão por várias formas de investigação que Creswell (2010, p. 209) denomina de “interpretativa”, onde “os pesquisadores fazem uma interpretação do que enxergam, ouvem e entendem”. A produção de dados para análise foi realizada através de pesquisa na Plataforma Qeduc, para análise dos dados do Censo Escolar MEC/INEP 2019, pesquisa bibliográfica e contato com os gestores das escolas. Como resultado parcial, verificamos que as instituições de ensino da rede estadual pesquisadas, embora tenham laboratório de informática com internet banda larga, ainda tem dificuldades para uso desses recursos, em função da quantidade de equipamentos insuficientes, velocidade da banda larga que não atende as demandas das escolas e insuficiências quanto a formação de professores para utilização desses recursos.

Palavras chave: Educação Escolar. Políticas Públicas Educacionais. Tecnologias Digitais.

Introdução

A globalização e o sistema capitalista trouxeram à tona a necessidade de conectar o mundo através da rede mundial de internet, disseminando informação e incentivando a construção de conhecimentos. Essas relações se estabelecem entre os vários segmentos sociais – saúde, educação, economia, entre outros – como uma grande engrenagem que fazem o sistema funcionar de forma célere e interligada. Nesse contexto, pensar a educação - que é o elemento norteador dessa pesquisa – distinta desse sistema mais amplo é compactuar com uma visão reducionista e até ingênua da realidade.

Nesse contexto, compreender as às Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC e o potencial que elas têm e pode ser aproveitado no contexto educacional tem impulsionado os pesquisadores das áreas educacional e tecnológica, bem como entidades governamentais, a estudar e investigar como a correlação entre essas duas áreas pode contribuir com o processo de ensino e aprendizagem e se constituir enquanto espaço para democratizar o acesso a esses recursos.

No novo paradigma gerado pela sociedade da informação, a universalização dos serviços de informação e comunicação é condição fundamental, ainda que não exclusiva, para a inserção dos indivíduos como cidadãos, para se construir uma sociedade da informação para todos. (TAKAHASHI, 2000, p. 31)

O processo de inserção dessas tecnologias nos países em desenvolvimento está ocorrendo de forma lenta, se comparado à países como a Suíça, (CALEIRO, 2018). O que se sabe é que esse movimento tecnológico de redes de informação e comunicação, globalmente interconectadas, acontecem “voluntária ou involuntariamente, rumo à sociedade da informação. Compete a cada um encontrar sua rota e suas prioridades” (TAKAHASHI, 2000, p. 6).

A educação nesse contexto global tem a missão também de preparar o educando para o futuro profissional, o que tem amparo no artigo 205 da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Isso leva a crer que a educação é território político e por isso é alvo de tantos estudos, afinal, carrega consigo a responsabilidade de promover mudanças nas esferas sociais, políticas, econômicas e até culturais, levando assim as unidades escolares a estarem em constante atualização e consonância com os propósitos e finalidades que lhe cabem.

Discutir tecnologia, as suas implicações na área educacional, a prática docente nesse contexto tecnológico e a atual situação de escolas públicas é possibilitar um olhar atento às mudanças ocorridas historicamente no país e de que forma(s) elas têm chegado às escolas, enquanto lócus Institucional para promoção da aprendizagem.

Nesse cenário inúmeros projetos e programas foram implementados pelo governo federal desde a década de 1980, com o objetivo de inserir tecnologias digitais nas escolas públicas. Destacam-se o EDUCOM (1983), PRONINFE (1989), PROINFO (1997), Banda Larga nas Escolas (2008), UCA (2010), Programa de Inovação Educação Conectada (2017) e,

no Estado da Bahia, o mais recente o e-Nova Educação (2018). Além disso, documentos legais destacam a importância da democratização do acesso e uso das TIC, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n. 9394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e o Plano Nacional de Educação (PNE/2014-2024).

Apesar dos avanços ocorridos para inserção de tecnologias digitais nas escolas públicas, verifica-se, ainda, que as desigualdades no acesso e manuseio dessas tecnologias são notáveis, tanto por parte dos alunos, quanto por parte dos professores. De acordo com dados coletados pela pesquisa TIC Domicílios, através do Cetic.br (2020, p. 12), que é realizada anualmente desde o ano de 2005, pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), por meio do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), e do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), que tem o objetivo de mapear o acesso às TIC nos domicílios urbanos e rurais do país e as suas formas de uso por indivíduos de 10 anos de idade ou mais, a presença de computadores na residência dos alunos apresenta diferenças relevantes entre aqueles que estudam em escolas públicas e particulares.

Enquanto 72% dos alunos de escolas particulares possuíam computador portátil no domicílio, entre os de escolas públicas, o percentual foi de somente 38%. Por outro lado, o acesso à Internet se dá predominantemente por meio do telefone celular: em 2018, o uso do dispositivo para acesso à rede foi mencionado por 97% dos estudantes, percentual bastante semelhante entre aqueles de escolas públicas e particulares de áreas urbanas. Quanto às escolas das zonas rurais da região Nordeste, as desigualdades no acesso são ainda mais perceptíveis: 13% das escolas apenas têm acesso à internet.

A pesquisa revela também dados referentes à cursos de formação continuada ofertados aos professores no ambiente escolar. Segundo o Cetic.br (2020, p. 23) “33% dos professores que lecionam em escolas urbanas afirmam ter participado de um curso de formação continuada sobre computador e internet[...]”. O ambiente escolar tem-se reconfigurado visto que as necessidades da vida moderna têm evidenciado a importância da comunicação em todos os setores da sociedade. Para o docente inserido nesta pós-modernidade, conforme Bauman (2001), a troca de informações torna-se essencial à construção da sua prática pedagógica e, para tanto, além de uma boa infraestrutura de Tecnologia – TI, é imprescindível a formação continuada para que eles se apropriem desses recursos e tenha condições de utilizá-las.

Isto posto, esse artigo tem como objetivo analisar a estrutura física de TI das escolas públicas da rede estadual do município de Itabuna/BA, ao longo dessas mais de quatro décadas de implementação de projetos e programas, descrever a infraestrutura física necessária à acessibilidade das tecnologias nas escolas; a situação dos computadores disponíveis, condições

de acesso à internet banda larga e a situação no cenário da pandemia causada pela Covid-19 (SARS-COV-2), em que as atividades presenciais foram suspensas desde o mês de março do ano de 2020, e no ano de 2021 foi adotado o “ensino remoto” nessas instituições.

Para compreender este cenário foi realizado um breve histórico das políticas públicas e projetos que as escolas públicas do país foram contempladas, apresentando quais equipamentos possuem nas unidades escolares; se existe laboratório de informática; se há acesso à internet; se há banda larga na unidade educacional; quantos computadores estão disponíveis aos alunos; se em 2020 houve alguma atividade com os alunos; se estas atividades foram concluídas e se tem acontecido reuniões de planejamento com professores.

O presente artigo é fruto de uma pesquisa em andamento, realizada entre os meses de setembro de 2020 a março de 2021, através do Programa Iniciação Científica/UESC, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

A importância dessa pesquisa consiste justamente em discutir a infraestrutura de TI dessas escolas e contribuir para que haja um melhoramento dessa estrutura e do seu uso por toda comunidade escolar.

Ações dos governos para inserir tecnologias digitais nas escolas públicas

A pesquisa sobre tecnologias digitais e a tentativa de inseri-la no contexto educacional não é recente, se comparada ao momento histórico em que esses recursos começaram a ser vislumbrados como meio para o desenvolvimento econômico e social no Brasil.

Desde o final da década de 60, quando foi convocada a primeira de uma série de conferências das Nações Unidas sobre Informática, as tecnologias de informação e comunicação foram consideradas vetores de desenvolvimento econômico e social. Ao longo da década de 70 e 80, inúmeros países – incluindo-se aí com destaque o Brasil – conceberam planos nacionais de capacitação tecnológica e de produção doméstica de bens e serviços em informática, como potenciais atalhos rumo ao desenvolvimento. (TAKAHASHI, 2000, p. 47)

Identificamos que o Brasil, desde a década de 1980, vem realizando ações, através de projetos e programas, que visavam a inserção de tecnologias digitais nas escolas públicas, a fim de garantir maior acessibilidade aos alunos e, claro, contribuir com o aperfeiçoamento profissional tão necessário ao desenvolvimento do país. Essa correlação entre educação e sociedade sempre existiu, posto que a educação é parte integrante e determinante do projeto social vigente. Segundo Neto e Campos (2017, p. 10991) a “educação, vista como estratégica

a qualquer projeto de poder, também passa a funcionar de acordo com esses mecanismos a fim de servir aos ideais dessa configuração social”.

Os investimentos tecnológicos voltados a atender as escolas públicas do Brasil, como já citado anteriormente, começaram na década de 80 e foram ganhando força através dos projetos e programas implementados pelos governos ao longo dos anos. Não vamos detalhar cada um, visto que não é este objetivo da nossa pesquisa, mas citar a década em que foram implementados e seu objetivo para que tenhamos conhecimento das ações que os governos realizaram e a sua extensão.

O Projeto Brasileiro de Informática em Educação (EDUCOM), foi implantado em 1983 e, segundo Valente (2006) visava trabalhar com três disciplinas específicas (matemática, português e ciências), utilizando a linguagem Logo. A fase experimental foi coordenada por cinco instituições de ensino superior em diferentes estados brasileiros (UFPE, UFRJ, UFMG, Unicamp e UFRGS) e previa formação docente e preparo antecipatório para melhor aproveitamento desta tecnologia. Contou com a colaboração do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Contribuiu para “entender como o Logo podia ser usado no contexto da escola pública. Porém, um dos subprodutos mais importantes, foi a formação da equipe, conhecimento esse que foi usado na capacitação de muitos pesquisadores e professores de escolas”. (VALENTE, 2006)

Embora o EDUCOM tivesse uma importância relevante na formação docente para lidar com a Linguagem Logo e implantá-la nas escolas públicas, sua vigência não passou dos seis anos. O projeto não teve um encerramento oficializado pelo MEC, mas deixou de receber recursos financeiros para sua manutenção em 1989 – o que foi considerado por muitos pesquisadores como o fim desse projeto.

No mesmo ano, em 1989, foi iniciado Programa Nacional de Informática Educativa (PRONINFE), cujo objetivo era a montagem de laboratórios de informática nas escolas públicas e a formação docente, para uso das tecnologias digitais aliada ao processo educativo escolar.

[...] busca, prioritariamente, incentivar a capacitação contínua e permanente de professores, técnicos e pesquisadores no domínio da tecnologia de informática educativa, em todos os níveis e modalidades de ensino, reconhecendo sua importância como instrumento capaz de enriquecer as estratégias pedagógicas e de estimular o surgimento de novas metodologias incentivadoras da participação, da criatividade, da colaboração e da iniciativa entre alunos e professores. (BRASIL, 1994, p. 8-9)

O PRONINFE, assim como o EDUCOM, não teve uma data final oficializada. O que acontece é a substituição de um programa pelo outro, incluindo novas informações.

Não há informações claras em artigos ou livros da extinção de qualquer um dos projetos de informática educacional citados. Percebe-se, entretanto, a incorporação de outros projetos que acabam modificando sua estrutura inicial. Parece que isso aconteceu com o PRONINFE-PROINFO. (TAVARES, 2000, p. 6)

Em 1997 surgia o Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO), responsável por levar o computador para o contexto escolar, além de investir na formação docente para melhor utilização destes equipamentos. Este Programa surgiu como iniciativa do governo federal, mas com adesão e colaboração dos municípios e Estados. Primavera, inicialmente, por oferecer às instituições escolares o computador como uma “ferramenta pedagógica” aos ensinos fundamental e médio. A partir de 2007, ampliou-se à toda a educação básica. É gerido pelo MEC e pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação) e está em vigência.

É um programa educacional com o objetivo de promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica. O programa leva às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais. Em contrapartida, estados, Distrito Federal e municípios devem garantir a estrutura adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores para uso das máquinas e tecnologias. (BRASIL, 1997, p.1)

Em 2008, através do Decreto 6.424/2008 que previa a universalização do serviço de telefonia fixa no Brasil, surgia o Programa Banda larga nas Escolas. Essa política de inclusão digital previa o atendimento integral de todas as escolas públicas urbanas de níveis fundamental e médio, participantes do programa E-Tec Brasil, além de instituições públicas de apoio à formação de professores, tais como os polos Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Núcleo de Tecnologia Estadual (NTE) e o Núcleo de Tecnologia Municipal (NTM). A gestão desse programa foi feita conjuntamente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e pela Anatel, em parceria com as secretarias de educação estaduais e municipais. Este programa continua em vigência no país.

O Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE) tem como objetivo conectar todas as escolas públicas urbanas à internet, rede mundial de computadores, por meio de tecnologias que propiciem qualidade, velocidade e serviços para incrementar o ensino público no País. (BRASIL, 2008, p. 1)

Em 2007 foi instituído o Projeto Um Computador por Aluno - UCA, através do Decreto do Governo Federal N. 6.300/2007. O UCA inicialmente pretendia distribuir um computador por aluno, em cinco unidades escolares de diferentes lugares do Brasil, a fim de promover a cultura digital entre alunos e professores. As fases experimental e de avaliação duraram três anos e, através da Lei 12. 249/2010, o governo federal instituiu o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA. De acordo com o MEC/SEED,

A intenção do governo federal com relação ao Prouca é implantar: uma nova forma de utilização das tecnologias digitais nas escolas públicas, balizada pela necessidade de: a) melhoria da qualidade da educação; b) inclusão digital; c) inserção da cadeia produtiva brasileira no processo de fabricação e manutenção dos equipamentos. (BRASIL, 2010, p. 9)

Esses investimentos em tecnologias digitais foram respaldados por leis nacionais, sobretudo voltadas à educação, que destacavam a inserção das tecnologias de informação e comunicação no contexto escolar como fundamentais para o desenvolvimento e a autonomia do educando. Como documentos legais citamos a Lei 9.394/96, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que já afirmava há vinte e cinco anos atrás que

Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento:

I – Linguagens e suas tecnologias;

II – Matemática e suas tecnologias;

III – Ciências da natureza e suas tecnologias;

IV – Ciências humanas e sociais aplicadas. (BRASIL, 1996, p 14)

Art. 36 - § 17.: Para efeito de cumprimento de exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer, mediante regulamentação própria, conhecimentos, saberes, habilidades e competências, mediante diferentes formas de comprovação, como:

VI - Educação a distância ou educação presencial mediada por tecnologias. (BRASIL, 1996, p. 15)

O Plano Nacional de Educação (2014-2024) no artigo 2º ressaltou como diretriz a importância tecnológica. “São diretrizes do PNE: VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País”.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) também corroboram com a importância das tecnologias aliadas à educação, trazendo como um dos objetivos “a utilização de diferentes mídias como processo de dinamização dos ambientes de aprendizagem e construção de novos saberes” (BRASIL, 2012, p. 24).”

Em 2017 foi implementado o Programa de Inovação Educação Conectada, através do Decreto 9.204/2017, em sistema colaborativo entre as instâncias federal, estadual e municipal do Brasil. O Programa tinha como objetivo, explicitado através do Art. 1º do Decreto 9.204 (2017, p. 1), “[...] apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica”. Como forma de efetivar essa universalização, seria oferecido desde o apoio técnico às escolas para instalação da estrutura

necessária (computadores, internet de alta velocidade e contratação de licenças de programas para suporte pedagógico), até formação de professores

O mais recente, lançado no ano de 2018, dos projetos implementados na Bahia, pelo governo estadual, visando desde investimentos na parte estrutural (disponibilização de dispositivos móveis e internet), quanto a formação da equipe docente para utilização destes equipamentos foi o e-Nova Educação. Este projeto conta com a parceria firmada entre Governo do Estado e o Google, e é de aplicação exclusiva em escolas da Rede Estadual de Ensino na Bahia. O objetivo segundo a Secretaria da Educação, é “levar inovações e o uso pedagógico de tecnologias educacionais para a sala de aula, além de ofertar formação para educadores da rede estadual”. (BAHIA, 2018, p. 1)

Sabemos que as iniciativas para que a educação escolar se apropria das tecnologias não é tão recente, visto que começou a partir da década de 1980 no Brasil. São quatro décadas e inúmeros projetos e programas de abrangência nacional que têm sido implementados nas escolas públicas do país.

Como forma de verificar os resultados desses programas e projetos no ambiente escolar, fizemos uma pesquisa de campo, de forma remota em decorrência da pandemia, com gestores de onze das quatorze instituições da rede estadual de ensino ativas no município de Itabuna/BA. A seguir discutiremos os dados coletados a partir do site do Governo do Estado da Bahia (escolas.educacao.ba.gov.br) e o portal educacional Qedu (qedu.org.br) e das entrevistas realizadas com os gestores.

Procedimentos Metodológicos

Nossos pressupostos teórico-metodológicos referem-se a contextos sociais, políticos, econômicos e culturais, que serão investigados e interpretados. Por isto, esta é uma pesquisa qualitativa, pois consideramos que, nesta abordagem, as especificidades dos processos de implementação das políticas públicas educacionais, passaram por várias formas de investigação que Creswell (2010, p. 209) denomina de “interpretativa”, onde “os pesquisadores fazem uma interpretação do que enxergam, ouvem e entendem”.

A rede pública de ensino do município de Itabuna é composta por 103 escolas, sendo 89 da rede municipal (68 na sede e 21 no campo) e 14 da estadual. Nesta pesquisa, elegemos trabalhar com as escolas da rede estadual. Isto porque em fevereiro do ano de 2017, o então Governador do Estado da Bahia, Rui Costa, assinou um Convênio com o Google Inc. dos Estados Unidos para a implementação do Projeto e-Nova Educação, por meio de sua Secretaria

da Educação que, segundo sua equipe, tem como objetivo levar as tecnologias digitais para dentro da sala de aula.

É disponibilizado o acesso à internet com dispositivos móveis e Chromebooks e à implementação do G-Suite para Educação, em parceria com o Google, além de oferecer formação para educadores da Rede Estadual de Educação para o uso desses equipamentos. Essa formação é realizada em parceria com a ONG de educação Instituto Paramitas Partner. Inicialmente, fora implantado em 20 escolas da rede estadual, localizadas em 11 municípios, inclusive Itabuna, como projeto piloto. Em 2018, foi estendido para mais 536 unidades de ensino. De posse destas informações optamos por realizar a pesquisa apenas com a rede estadual, para verificarmos as condições da infraestrutura de TI destas Instituições. A produção das informações foi realizada através da consulta aos sites qedu.org e escolas.educacao.ba.gov.br. Além disso, contamos com a colaboração de gestores de onze escolas estaduais no que tange a fornecer informações acerca das atividades letivas em 2020, da estrutura física tecnológica das unidades escolares e do quantitativo de docentes de cada escola estadual. Este contato com os gestores foi realizado via telefone, dada a atual situação pandêmica.

Situação de TI das escolas pesquisadas

Das quatorze escolas pesquisadas e ativas em 2020, nove delas têm laboratório de informática, porém com quantidades de computadores diferentes entre si. Sete escolas possuem 10 computadores ou mais e duas escolas possuem um número abaixo de cinco computadores para uso de todos os alunos. Estes dados revelam que um número expressivo de escolas possui laboratórios de informática contudo, com número de equipamentos insuficientes para atender toda a comunidade escolar.

Segundo o Censo Escolar/MEC/INEP realizado em 2019, 95,76% das escolas estaduais possuem internet no Estado da Bahia. Em Itabuna, o número de escolas estaduais com acesso à internet e com banda larga atingiu um percentual de 100% entre as unidades escolares da rede estadual. Contudo, essa banda larga é questionável quando verificamos as condições para acesso, os links disponíveis não ultrapassam o 5MB, o que dificulta ou em determinados momentos, a depender da quantidade de equipamentos conectados e em uso, inviabiliza a navegação.

Para Ball (1994, apud TELLO e ALMEIDA, 2013, p.155), “há uma certa tendência em compreender que o contexto deve adaptar-se às políticas e não o contrário, ou seja, de que as políticas devem ser criadas para atender os contextos e as demandas reais e concretas”. As

políticas públicas implementadas nas últimas quatro décadas não foram suficientes para atender as demandas da comunidade escolar. As estruturas de TI disponíveis são frágeis e insuficientes, o que consequentemente impacta nos usos nas práticas pedagógicas.

Para Ball (2001, p. 102), “a maior parte das políticas são frágeis, produto de acordos, algo que pode ou não funcionar”. Historicamente temos dados suficientes que nos permitem afirmar que os acordos firmados via termo de adesão, governo federal, estadual e municipal, não se materializam, sendo esse fato um dos elementos que desencadeia os pífios resultados apresentados pelos projetos e programas, assim como a descontinuidade das suas ações, em vistas da já citada aqui dificuldade financeira dos municípios.

Quanto a formação dos professores, em um trecho da entrevista cedida por um dos gestores é evidente a insegurança que acomete alguns professores frente ao uso das TIC.

Sim, tivemos 24 dias letivos somente. Foram atividades presenciais, até serem suspensas as atividades escolares por conta da pandemia. Posteriormente, decidimos interromper tudo e não prosseguir com as atividades, porque alguns professores quiseram continuar e outros não.

Nesse caso, mesmo com todos os projetos e programas voltados à implantação das tecnologias nas escolas e à formação docente para utilização delas, há insuficiências na formação docente, o que desencadeia entraves no aproveitamento dessas tecnologias como aliadas ao processo pedagógico. É necessário que a formação propicie

[...] condições para que ele construa conhecimento sobre as técnicas computacionais, entenda por que e como integrar o computador na sua prática pedagógica e seja capaz de superar barreiras de ordem administrativa e pedagógica. (Valente e Almeida, 1997, p. 08 *apud* FRIZON *et al.*, 2015, p. 10196)

Insuficiências da formação docente para apropriação das tecnologias digitais foi escancarada com o alastramento da Covid-19 e a consequente necessidade de prosseguir com as atividades letivas de forma remota.

No campo educacional o que está sendo muito pautado é a forma como a educação se articulou nas três esferas (federal, estadual e municipal) para prosseguir com as atividades, de forma remota, dada a impossibilidade de retomá-las na modalidade presencial.

O relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), propõe aos líderes dos sistemas e organizações educacionais que desenvolvam planos para a continuidade dos estudos por meio de modalidades alternativas, enquanto durar o período de isolamento social, haja vista a necessidade de manter a educação das crianças, jovens e adultos. (CORDEIRO, 2020, p. 2)

Entre os estados brasileiros, o único que não prosseguiu com o ano letivo em 2020 de forma remota foi a Bahia. “Um levantamento divulgado pelo jornal Folha de São Paulo na quarta-feira (27/01) apontou que a Bahia foi o único estado brasileiro que não disponibilizou aulas virtuais para alunos da rede estadual no ano de 2020. Diante do cenário, o ano letivo do ano passado não foi encerrado” (VARELA NOTÍCIAS, 2021).

As aulas presenciais iniciaram na rede estadual da Bahia no dia 10 de fevereiro de 2020 e, após 26 dias letivos foram suspensas por intermédio do Decreto 19.532/2020 que proibia, a partir da data de vigência, as atividades letivas, conforme Artigo 7º a seguir:

Art. 7º Em função dos casos confirmados de coronavírus nos Municípios de Salvador, Feira de Santana, Porto Seguro e Prado, ficam suspensos, pelo período de 30 (trinta) dias: **(Redação dada pelo Decreto Nº 19532 DE 17/03/2020).**

I - os eventos e atividades com a presença de público superior a 50 (cinquenta) pessoas, ainda que previamente autorizados, que envolvem aglomeração de pessoas, tais como: eventos desportivos, religiosos, shows, feiras, circos, eventos científicos, passeatas e afins, bem como aulas em academias de dança e ginástica; **(Redação do inciso dada pelo Decreto Nº 19532 DE 17/03/2020).**

II - as atividades letivas, nas unidades de ensino, públicas e particulares, a serem compensadas nos dias reservados para os recessos futuros;”
(LEGIS WEB, 2020)

Mesmo com todas essas mudanças impostas pela pandemia, os gestores de dez escolas estaduais de Itabuna revelaram que as atividades foram mantidas com os alunos de forma remota, após o Decreto do Governo Estadual da Bahia, n. 19.532/2020. Apenas uma delas afirmou ter interrompido as atividades.

Quatro das dez escolas que mantiveram as atividades de forma remota afirmaram ter concluído, porque eram atividades voltadas aos alunos do Ensino Médio e se constituíam como preparatórias para o ENEM.

Todos os gestores das onze escolas estaduais de Itabuna disseram que as reuniões com professores foram mantidas, mas de forma online, e ocorreram ao longo de todo o ano de 2020. A maioria dos gestores afirmaram que a periodicidade dessas reuniões foi semanal ou quinzenal no ano de 2020.

Esses dados nos permitem afirmar que, mesmo com as dificuldades ocasionadas ou potencializadas com a pandemia, muitos professores tiveram que dar continuidade às atividades letivas em 2020 de forma remota. O que alguns gestores relataram foi a falta de preparo desses professores no planejamento com às tecnologias.

A situação inesperada que levou à interrupção abrupta das aulas nos espaços escolares físicos impôs por parte das instituições de ensino tomadas de decisões rápidas, sem a realização de etapas fundamentais para que as iniciativas de educação a distância fossem bem-sucedidas. (MOREIRA, 2020, p. 2)

Como bem problematiza Nóvoa (2020), “em educação, a Covid-19 não trouxe nenhum problema novo. Mas revelou as fragilidades dos sistemas de ensino e do modelo escolar”. O que era assunto de debate entre especialistas passou a interessar toda a gente, sobretudo as famílias confinadas com os seus filhos que, de repente, se transformaram também em seus “alunos”.

Considerações Finais

A precária estrutura de TI das escolas públicas do país, aqui em especial da rede estadual de ensino, as insuficiências da formação de professores para lidar com essas tecnologias no planejamento de suas aulas, vieram à tona com a pandemia, mas já eram conhecidas dos pesquisados e principalmente dos governos.

Como vimos nos dados anteriores, a maior parte das escolas estaduais de Itabuna possuem TV, DVD, impressora, copiadora, retroprojetor, computadores para uso dos alunos, laboratórios de informática, contudo, em número de equipamentos insuficientes e condições de acesso à internet precária.

Mesmo com todos os programas e projetos do governo implementados ao longo dos últimos quarenta anos para inserir as TIC no contexto escolar, durante a pandemia as atividades prosseguiram com dificuldades na plataforma online, e por motivos variados, desde a falta de acessibilidade por parte dos alunos, principalmente dos provenientes das zonas rurais, até a falta de formação docente para lidar com as ferramentas tecnológicas no planejamento e desenvolvimento das aulas.

É necessário e urgente que os entes federados de fato atuem em regime de cooperação e colaboração, como preconizado na farta legislação que temos no país que regulamenta a educação escolar, para encaminhamentos que resolvam as situações aqui listadas. Políticas públicas o país tem. Necessário concentrar esforços para soluções a partir do diagnóstico local, pautados num plano nacional com assistência técnica e financeira a essas instituições.

Referências Bibliográficas

VARELA NOTÍCIAS. **Bahia foi o único estado brasileiro sem aula virtual em 2020.** Bahia, 2021. Disponível em: <https://varelanoticias.com.br/bahia-foi-o-unico-estado-brasileiro-sem-aula-virtual-em-2020-diz-levantamento/>. Acesso: 05 mar. 2021.

BALL, Stephen J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.2, p. 99-116, jul.-dez. 2001.

BALMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRANDALISE, Mary Angela Teixeira. Tecnologias de informação e comunicação nas escolas públicas paranaenses: avaliação de uma política educacional em ação. Educação em **Revista Belo Horizonte**. v.35. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/v35/1982-6621-edur-35-e206349.pdf>. Acesso: 04 abr. 2021.

BAHIA. **Projeto e-Nova Educação alia tecnologia e inovação para fortalecer o eixo pedagógico das escolas**. Bahia, 2018. Disponível em: <http://institucional.educacao.ba.gov.br/noticias/projeto-e-nova-educacao-alia-tecnologia-e-inovacao-para-fortalecer-o-eixo-pedagogico-das-es>. Acesso: 30 out. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso: 04 abr. 2021.

BRASIL. **Programa Nacional de Informática Educativa PRONINFE**. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. B823p Programa Nacional de informática educativa/MEC/SEMTEC.-Brasília: PRONINFE, 1994, 39p. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002415.pdf>. Acesso: 10 out. 2020.

BRASIL. **Lei 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso: 04 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Tecnologia Educacional**. Brasília, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/proinfo>. Acesso: 03 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 6.424, de 4 de abril de 2008**. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6424.htm. Acesso: 10 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância – SEED. **Projeto Um Computador por Aluno: princípios orientadores para o uso pedagógico do laptop escolar.** Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://issuu.com/marinhos/docs/projetouca_principios_versaoeditada. Acesso: 11 abr. 2021.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino Médio.** Resolução CNE/CEB nº 2/2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9864-rceb002-12&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso: 10 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto 9.204/2017.** Brasília, 23 de novembro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Decreto/D9204.htm. Acesso: 05 abr. 2021.

CALEIRO, João Pedro. **Os 20 países mais inovadores do mundo (incluindo a China).** 2018. Disponível em: <https://exame.com/economia/os-20-paises-mais-inovadores-do-mundo-segundo-o-gii-2018/>. Acesso: 10 abr. 2021.

CETIC. **TIC Educação 2019.** São Paulo, 2020. CGI.BR/NIC.BR, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). Disponível em: https://www.cetic.br/media/analises/tic_educacao_2019_coletiva_imprensa.pdf. Acesso: 12 abr. 2021.

CORDEIRO, Karolina Maria de Araújo. **O impacto da pandemia na educação: a utilização da tecnologia como ferramenta de ensino.** Manaus. 2020. Disponível em: <http://repositorio.idaam.edu.br/jspui/handle/prefix/1157>. Acesso: 01 abr. 2021.

CRESWELL, JOHN W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto;** Tradução Magda Lopes. – 3 ed. – PORTO ALEGRE: ARTMED, 296 páginas, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/11610>. Acesso: 12 abr. 2021.

FRIZON, Vanessa *et al.* **A formação de professores e as tecnologias digitais.** Paraná, 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22806_11114.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

LEGIS WEB. **Decreto Nº 19529 de 16 de março de 2020.** Bahia. 2020. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=390699>. Acesso: 03 abr. 2021.

MOREIRA, J. António; et al. - Educação digital em rede: princípios para o design pedagógico em tempos de pandemia [Em linha]. Lisboa: Universidade Aberta, 2020. p. 49 p. (eUAb.

Educação a Distância e eLearning; 10). Disponível em:

https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/9988/5/EaDeL_N.10.pdf. Acesso: 05 abr. 2021.

NETO, Filinto Jorge Eisenbach; CAMPOS, Gabriela Ribeiro de. **O impacto do neoliberalismo na educação brasileira.** 2017. Disponível em:

https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24420_12521.pdf. Acesso: 06 abr. 2021.

NÓVOA, António. **E agora, Escola?** 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/e-agora-escola/>. Acesso: 10 abri. 2021.

TAVARES, Neide Rodrigues Barea. **História da Informática educacional no Brasil observada a partir de três projetos públicos.** 18 p. 2000. Disponível em:

<http://www.lapeq.fe.usp.br/textos/te/tepdf/neide.pdf>. Acesso: 12 abr. 2021.

TAKAHASHI, Tadao. **Sociedade da Informação no Brasil** : livro verde / organizado por Tadao Takahashi. – Brasília : Ministério da Educação e Tecnologia, 2000. Xxv, 195p. : il. ; 26 cm. Disponível em: <https://livros01.livrosgratis.com.br/ci000005.pdf>. Acesso: 20 nov. 2020.

TELLO, César; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de Almeida (orgs.) **Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

VALENTE, José Armando. **A história do Projeto EDUCOM.** 2006. Disponível em <https://www.nied.unicamp.br/projeto/educom/>. Acesso: 28 out. 2020.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Carina Marjorie Garcia Melo

Graduanda em Pedagogia, pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Programa de Iniciação Científica/UESC; integra o Grupo de Estudo e Pesquisa em Comunicação e Educação/GEPECE/UESC. E-mail: carinagarcia.ilheus@gmail.com

Lívia Andrade Coelho

Doutora em Educação. Professora Titular na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); Professora credenciada no Programa de Pós-Graduação da UESC/PPGE; Coordenadora do

Colegiado de Pedagogia; integra o Grupo de Estudo e Pesquisa em Comunicação e Educação/GEPECE/UESC. E-mail: livia@uesc.br